

Ata Completa da 68ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, realizada por vídeo conferência, em 07/12/2022.

Relação dos Membros do Plenário Presentes		
ENTIDADE	REPRESENTANTE	
Departamento de Águas e Energia Elétrica	Luís Henrique Gomes	
DAEE / BTG		
Departamento de Águas e Energia Elétrica	Eliana Cristina Mariano Nogarini	
DAEE / BTG		
Secretaria de Estado da Saúde / Centro de	José Carlos Zambon	
Vigilância Sanitária / Grupo Vig. Sanit. Jales		
Secretaria da Fazenda e Planejamento / Del.	Evandro Careno	
Regional Tributária / Posto Fiscal Jales		
SIMA – Subsecretaria do Meio	Juliana Zacharias	
Ambiente/Coordenadoria de Fiscalização e		
Biodiversidade (CFB)		
Secretaria de Estado da Educação/Diretoria de	Djane Zambon Viola	
Ensino da Região de Jales		
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio	Jefferson Nascimento de Oliveira	
de Mesquita Filho" (Câmpus de Ilha Solteira)		
Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Emerson Ronaldo Assí	
Prefeitura Municipal de General Salgado	Tayanna Zago Scaldelai	
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	Lígia Martins Felipe	
Prefeitura Municipal de São Francisco	Sebastião de Oliveira Baptista	
Prefeitura Municipal de Suzanápolis	José Luiz Gava	
Prefeitura Municipal de Três Fronteiras	Rubens José Belão	
Associação de Piscicultores em Águas Paulistas	Marilsa Patrício Fernandes	
e da União – Peixe – SP		
Associação de Produtores Rurais de Pontalinda	Alessandro Nunes Ferreira	
– APRUPO		



Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da	Neli Antônia Meneghini Nogueira
Região de Jales	

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

Relação dos Convidados Presentes:	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
DAEE / BTG	Márcia Regina Brunca Garcia
DAEE / BTG	Maria Cecília de Andrade
DAEE / BTG	Wendel Edson Silva
DAEE / BTG	Antonio Roberto de Jesus
DAEE / BTG	Fábio Francisco Mota de Sousa
DAEE / BTG	Elenir Marabeis Freire
REGEA	Débora Riva Tavanti Morelli
REGEA	Gabriela Rahal Rezende
REGEA	Vanessa Alves Mantovani
PEA / SJD	Lucas Barbalho

1 – Abertura: Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2022, através de vídeo conferência, às 14h: 30 min, em segunda chamada, o Sr. Vice Presidente do CBH-SJD e representante da UNESP Ilha Solteira, Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira faz uso da palavra: "Boa tarde a todos, sejam todos bem vindos à 68ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD; informamos que a coordenação da videoconferência está sendo realizada pela Secretaria Executiva do CBH-SJD. Para o bom andamento dos trabalhos, os membros e os convidados deverão seguir as seguintes orientações: > Quando um membro entrar na reunião deverá digitar no chat seu nome e a entidade que representa; > Quando um convidado entrar na reunião deverá digitar seu nome e a entidade que representa, seguido do termo "convidado; > Para solicitar participação oral, o membro deverá solicitar por mensagem de texto, por meio do chat disponível na plataforma de videoconferência, inserindo seu nome e entidade que representa. Para a aprovação das atas e deliberações, informamos que elas serão submetidas à apreciação dos membros com direito a voto e será aberta a discussão para posteriormente ser colocada em votação. Para a votação, os favoráveis deverão permanecer como estão, os contrários e abstenções deverão se manifestar, solicitando a palavra por chat da reunião colocando seu nome e a instituição que representa. Apenas as pessoas que estão aqui representadas legalmente é que podem votar. E "agora passo de novo a palavra ao Engenheiro Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo desse Comitê." Luís Henrique Gomes: "Boa tarde a todos, gostaria de dar boas vindas aos membros, convidados e às autoridades, presentes aqui nesta reunião, que tenhamos uma reunião bastante produtiva. Devolvo então a palavra ao Prof. Jefferson para dar continuidade." Sr. Vice Presidente: "Obrigado Luís, então, a abertura aqui nós temos o Estatuto do nosso Comitê que descreve como 1ª chamada com a presença de 50% mais 1 dos votantes, e a presença mínima, decorridos 30 minutos da 1ª chamada, a 2ª chamada com 1/3 dos votantes, presença mínima de 13 membros votantes. Então nesse momento eu declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD e solicito à Eliana quantos membros estão presentes neste momento." Eliana: "Neste exato momento nós temos 12 membros votantes. Como a última plenária a gente fez com menos do que 1/3, nós estamos providenciando a alteração do Estatuto para que tenha um número menor do que este. Então a gente vai dar prosseguimento nesta plenária em função disso. Temos um a menos." Sr. Vice Presidente: "É bom que se coloque que isso aqui precisa ser votado, um novo estatuto com essa mudança porque vai ficar uma coisa complicada..." Eliana: "Para a alteração do estatuto a gente tem um número, a gente precisa de um número maior ainda de votantes, então a gente

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63 64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

não poderia alterar o estatuto hoje." Sr. Vice Presidente: "Eu sei, eu estou só colocando que precisaria ser feito, quer dizer, tem que estar, na próxima reunião essa programação de colocar isso em votação. Ou de alguma forma fazer com que haja talvez uma consulta à Secretaria em São Paulo, para ver como a gente pode mudar isso, porque se a gente não tiver nunca o número de votantes igual ou superior a 13 a gente não vai poder mudar o estatuto, aí fica um contra senso e vira um paradoxo que não vai ser alcançado, então é complicado, então deixa isso para lá." Eliana: "A próxima, quando a gente tiver recursos FEHIDRO, talvez o número já seja bem maior." Sr. Vice Presidente: "É, mas tudo pode ser ao contrário, não é? Por exemplo, eu mesmo tive uns problemas pessoais, mas estou aqui hoje. Vamos lá, no segundo ponto da nossa reunião, a 2 - Leitura e aprovação das Atas Executiva e Completa da 67ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, a ata já foi disponibilizada para que todos tenham conhecimento, solicitamos a dispensa da leitura das atas considerando que as Minutas das mesmas foram encaminhadas a vocês e disponibilizadas no site do Comitê, e aí eu abro para alguma manifestação de alguém que faça o uso da palavra colocando alguma posição a respeito dessa ata da última reunião. Algum membro gostaria de fazer algum comentário? Por favor, nome e entidade. Ninguém? "Então colocamos em votação, os favoráveis permaneçam como estão, contrários se manifestem, abstenções, aprovada por unanimidade as Atas Executiva e Completa da 67ª Reunião Ordinária do CBH-SJD e eu passo a palavra novamente ao Secretário Executivo." Engenheiro Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo desse Comitê para fazer os Informes da Secretaria Executiva. 3 - Informes da Secretaria Executiva: "Aconteceu no mês de novembro o Fórum Participativo de Educação Ambiental, realizado em 5 municípios da Bacia, entre os dias 09 e 11/11/2022. O Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio São José dos Dourados (PEA-SJD) está sendo elaborado com o intuito de fomentar e incentivar os projetos de Educação Ambiental da UGRHI 18. Os Fóruns tiveram o intuito de troca de experiências e de diálogo sobre o que desejamos para os próximos 12 anos no contexto da Educação Ambiental na Bacia Hidrográfica. Dessa forma, foi possível levantar e coletar sugestões e propostas para as temáticas que envolvem educação ambiental e recursos hídricos. O evento foi aberto a todos os públicos e ocorreu nos municípios de: Ilha Solteira, Nhandeara, Urânia, Palmeira D'Oeste e Jales. O PEA-SJD atende à Deliberação CBH-SJD nº 213/2019 e tem o Instituto Cultural Janela Aberta como instituição executora e financiamento do FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos; De 28/11 a 02/12/2022 o CBH-SJD participou do Workshop de Integração do SIGRH 2022, com o objetivo de integração dos atores do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), promovendo discussão, debates e proposição de encaminhamentos relativos a temas importantes para a gestão dos recursos hídricos. Temas: 1 – Ocorreu a apresentação do Projeto de Lei nº 119/2002 da Deputada Estadual Marina Helou, que "Altera a Lei Estadual nº 7663 de 30/12/1991, a fim de adequar a composição dos órgãos colegiados que compõem o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos"; 2 - A Deputada Marina Helou também defendeu a implantação de um sistema indexado de atualização do preço da cobrança, para evitar a defasagem dos valores arrecadados anualmente; 3 - Outro tema bastante discutido foi "segurança hídrica", foi debatido trechos da Política Estadual de Segurança Hídrica e a importância de não gerar impasses nem concorrência entre as leis (PERH X PESH); 4 - Outra discussão foi sobre o Termo de Referência "Contratação de Serviço Técnico Especializado para Proteção e Conservação da Área de Afloramento do Sistema Guarani em SP". O documento possui cinco objetivos, sendo um deles a elaboração da "análise para viabilização da implantação de Agência de Bacias", melhorando o modelo de governança e a crise hídrica. Então esses foram os 4 tópicos discutidos nesse workshop que nós tivemos a oportunidade de participar, de aprender bastante com eles, dar as nossas opiniões, então foi muito produtiva essa nossa participação. Professor Jefferson, retorno a palavra ao senhor." Sr. Vice Presidente: "Bem, eu tenho que fazer um comentário, acho que é muito pertinente o que a Deputada colocou, muito pertinente, achei bem interessante porque é uma questão significativa, uma questão de cunho técnico-científico, porque é preciso..., ela falou muito do Aquífero Guarani, o povo de São Paulo olha muito o Guarani mas não olha o Bauru, que é fundamental para a gente, o Guarani fica..., ó o afloramento do Guarani mas o Bauru é tudo o que a gente está pisando como afloramento e ninguém se preocupa muito com ele. Se eu tivesse oportunidade de ir mas eu estava fora do Estado, teria falado isso

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

nessa reunião de vocês, não sei se foi falado alguma coisa, foi, Engenheiro Luís?" Luís Henrique: "Não se falou muito do Aquífero Bauru, para nós aqui o Bauru é de suma importância, temos que tratá-lo bastante bem, temos que conservá-lo, porque é o nosso primeiro aquífero aqui, o aquífero de mais fácil exploração e de recarga mais rápida, então é uma questão de.... ("interrupção externa deixa o som ininteligível)". Sr. Vice Presidente: "Convido a Coordenadora Técnica da Empresa REGEA – Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais, Débora Riva Tavanti Morelli para fazer a apresentação do 3 -1 Plano de Bacia e o Relatório de Situação e já ressalvo aqui, com relação a isso..., Débora, muito obrigado por estar aqui presente, agradeço pelo seu trabalho, um trabalho muito bom e muito bem feito, e é a primeira vez que a gente mostra para a população em geral e da nossa Douta Secretaria, que o nosso Comitê não tem a água, não está "deitado em berço esplêndido" como da outra vez se falou, desde que eu entrei no Comitê, "água tem demais, olha aí a água...", o finado Adauto falava isso direto, então ótimo estarmos aqui com essa possibilidade de você mostrar para o pessoal. Débora, a palavra é sua e agradeço mais uma vez." Débora: "Obrigada Professor Jefferson, boa tarde pessoal, vocês estão vendo o compartilhamento de tela? É um enorme prazer poder apresentar para vocês os resultados da revisão e atualização do Plano de Bacia, apesar do Professor Jefferson ter anunciado que trata-se da Deliberação do Relatório de Situação, a pedido da Secretaria Executiva a gente acabou mesclando os 2 temas, porque de certa forma o Relatório de Situação apresenta os dados anuais em termos de disponibilidade, demanda, balanço, qualidade das águas e o Plano de Bacia se apropria dessas informações anuais e trabalha com um horizonte de planejamento, com as projeções a longo prazo, então a gente achou oportuno a partir de uma reunião da câmara técnica, que fossem apresentados juntos os dois documentos que vocês provavelmente já têm conhecimento, puderam fazer a leitura, então eu vou tentar da melhor forma possível fazer essa abordagem sobre o que é o Relatório de Situação e o que é referente ao Plano de Bacia. Então trata-se nesse momento da revisão e atualização do Plano de Bacia, nós estamos aqui apresentando hoje os resultados desse trabalho de um ano, iniciado por volta de outubro do ano passado, encerrando-se agora. O Plano de Bacia é um importante instrumento para a UGRHI, que trabalha a UGRHI como unidade de planejamento e que traz esse olhar, tanto no Diagnóstico do retrato atual da Bacia, como os avanços previstos nas etapas de sinalização que nós vamos falar um pouco mais à frente, e o planejamento propriamente dito que é a parte que mais interessa ao Comitê, como ferramenta de trabalho. Esse empreendimento tem a REGEA como executora mas trata-se de um Contrato FEHIDRO (015/2021), da qual a FUNDAG foi a tomadora do recurso junto ao Comitê, por meio de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, então estamos elaborando esse empreendimento a várias mãos, aqui está a Equipe Técnica da qual eu faço parte como Coordenadora Técnica, mas tem como Coordenador Geral o Sandro Magro e o Dr. Oswaldo, a Coordenação de SIG fica por conta da Mariana, e a gente tem uma equipe multidisciplinar fixa que acabou trabalhando aqui no plano e até ressalto a presença da Vanessa que está acompanhando a reunião, e também dos consultores externos que foram contratados em função das demandas ao longo das discussões. Nós conseguimos chegar a esse resultado depois de uma ampla discussão, conforme eu disse foi praticamente um ano de trabalho da equipe em conjunto com o grupo de acompanhamento, que pôde acompanhar, discutir, fazer aas leituras dos relatórios preliminares e trazer as contribuições em cada momento oportuno, participaram também das reuniões setoriais, então em nome aí (?) eu agradeço a presença de todos ao longo de todo o processo, todas as contribuições, e também todo o empenho, toda a dedicação da Secretaria Executiva e da Diretoria do Comitê, da Diretoria da Bacia em nome do Luís Henrique, em nome do Professor Jefferson também, que tiveram uma participação bem oportuna e importante ao longo do desenvolvimento. Nós temos aqui um organograma bem sintetizado na verdade, como todas as etapas foram desenvolvidas, então a gente tem a etapa do Plano de Trabalho e aí teve uma reunião do Grupo de Acompanhamento, a etapa do Diagnóstico, uma reunião do Grupo de Acompanhamento, seguida das oficinas setoriais, da mesma forma na etapa do Prognóstico, tivemos o Plano de Ação, teve uma reunião do Grupo de Acompanhamento, aí nós tivemos como resultado o que a gente denominou de Relatórios, nós tivemos o Relatório de Mobilização e Articulação, e o Relatório Síntese, então vocês devem ter recebido via Secretaria Executiva esse monte de relatórios, na verdade são seis, divididos em partes mas o Síntese



134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150 151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

sintetiza as 500 e poucas páginas constantes em cada um desses relatórios parciais. Nós estamos nesse momento, que trata da plenária de aprovação, que é uma forma de trazer ao conhecimento público de todos os membros do Comitê, os resultados trabalhados e acompanhados pelo Grupo de Acompanhamento formado pelos membros da Câmara Técnica de Planejamento, que se envolveram durante todo o processo. Aqui dois exemplos, que a gente trouxe das reuniões, tivemos mais de 10 reuniões considerando as reuniões com a Secretaria Executiva e Diretoria do Comitê, tivemos reuniões de trabalho, do Diagnóstico, do Prognóstico, do Plano de Ação, as reuniões setoriais que envolveram as discussões dos Setores Indústria, Agropecuária e Saneamento, onde a gente pôde ouvir, tanto no Diagnóstico quanto no Prognóstico as sugestões e as considerações dos setores para serem incluídas no Plano de Bacia. A estrutura que a gente trabalha é baseada na **Deliberação CRH 146/2012**, que é o que a gente tem vigente com as orientações que o Comitê tem que seguir, pois trata-se de orientações gerais a todo o Estado, a todas as unidades de gestão, a todos os comitês de bacia, e que a gente tem que incorporar na análise e na revisão do Plano de Bacia, envolvendo os 3 módulos que a gente denominou de etapas, que é a etapa do Diagnóstico, que tem por objetivo caracterizar a situação atual dos recursos hídricos da UGRHI, então é um retrato atual da Bacia; a gente teve a etapa do Prognóstico que objetiva identificar e apresentar a evolução em termos de qualidade, disponibilidade, demanda dos recursos hídricos para os próximos 3 quadriênios, então ele identifica a partir das tendências de expansão demográfica, econômica, o padrão de evolução das demandas para os diferentes usos, visando um planejamento da infraestrutura e das ações voltadas para esse horizonte trabalhado no Plano. E aí tem o Plano de Ação, que visa apresentar um conjunto de metas, ações e os investimentos previstos para interferir nessa tendência projetada que é apresentada na etapa anterior Prognóstico. É uma forma de intervir na situação da Bacia no período considerado de planejamento, visando a melhoria das condições da UGRHI. Então, as 3 etapas conforme eu já mencionei, pôde contribuir, todos os membros das câmaras técnicas envolvidos, e todos os presentes nas oficinas setoriais. No Diagnóstico, que compreende um relatório de aproximadamente 500 páginas, temos um conteúdo básico, fundamental e conteúdo complementar. No conteúdo básico a gente se utiliza do banco de indicadores da Coo0rdenadoria (CRH), que é fornecido anualmente para o Comitê de Bacia, o qual a gente utiliza para a elaboração dos Relatórios de Situação. Então todo ano o Comitê de Bacia tem por obrigação fazer o seu Relatório de Situação que é o retrato da UGRHI naquele ano, demonstrando os avanços e os investimentos naquele ano, e qual é a condição e o que se espera para o ano seguinte também, apresentando um programa de investimento futuro. Então a gente se apropria dessas informações do banco de indicadores, que é o que a gente denomina de "conteúdo básico", e trabalha, dentro do Plano de Bacia, por cinco anos dentro dessa análise prevista para o Diagnóstico, então nós consideramos os anos de 2021, 2020, 2019, 2018, 2017 para análise, que compreende um período respectivo para a gente entender essa evolução. E aí a gente tem o conteúdo fundamental, o conteúdo complementar que são informações que a gente acaba se apropriando de estudos existentes, demais fontes existentes que não sejam do conteúdo básico desses conteúdos fornecidos pela Coordenadoria, mas que está disponível na UGRHI para a gente incorporar tanto no Diagnóstico quanto na etapa de Prognóstico, então essas informações foram colhidas pela equipe da REGEA e foram incorporadas ao documento, o que nos permitiu chegar numa análise mais precisa e mais aprofundada, principalmente em alguns aspectos que de certa forma vinham camuflados ao longo dos anos, de acordo com os indicadores básicos. No Diagnóstico nós trabalhamos a caracterização geral, caracterização física, as informações de disponibilidade, demanda e balanço, qualidade das águas, saneamento, gestão do território e as áreas sujeitas a gerenciamento especial, que envolvem as áreas de erosão, de inundação, os problemas mais voltados ao físico, uso e ocupação do solo, avaliação do Plano de Bacia anterior e uma síntese do Diagnóstico. Na etapa do Prognóstico, conforme eu falei para vocês, as projeções foram realizadas contemplando o horizonte de planejamento de 12 anos, que envolve os anos de 2021 até 2033, que são compatíveis com São Paulo, então a gente acaba abordando os planos, programas, projetos e empreendimentos com incidência na UGRHI hoje existentes e os previstos ao longo desse período de planejamento, o cenário de planejamento, que eu já comentei com vocês que é dentro desse horizonte de

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226 227

228229

230

231

232

12 anos, quais são as previsões de desenvolvimento em termos de disponibilidade, demanda e balanço, qualidade das águas e quais são para a gente trabalhar e ver quais as ações possíveis para alterar ou mitigar essa situação prevista no Prognóstico. A gestão dos recursos hídricos, que envolve a análise aprofundada dos instrumentos que temos previsto pela legislação estadual (outorga, cobrança, enquadramento), o próprio SIGRH que a gente acaba fazendo uma análise e propostas em cima disso, a gente tem no Prognóstico a definição das áreas críticas e das prioridades para a gestão, e as propostas de intervenção para a gestão dos recursos hídricos. A partir de então a gente tem um Plano de Ação, que é base para um Programa de Investimentos, então a gente define as metas e ações para a gestão dos recursos hídricos, trabalha o Programa de Investimentos, as ações de uma forma mensurável, alcançável e realista, como prever como colocá-las em prática ao longo desses 12 anos, trabalhados no Plano. A gente tem um balanço entre prioridades de gestão e as ações, a definição do arranjo institucional, como prover essa implementação do Plano nos próximos anos, e a definição da sistemática de acompanhamento e monitoramento do Plano. O recorte geográfico previsto para análise, tanto na etapa Diagnóstico quanto Prognóstico como também as propostas direcionadas no Plano de Ação, lá no início, na 1ª reunião com a Secretaria Executiva, Diretoria e o Grupo de Acompanhamento, a gente definiu que todas as análises fossem direcionadas para esses 3 recortes: olhar para a UGRHI – 18 toda, o olhar para as sub-bacias que a gente já tem como hábito e como ferramenta de trabalho desde os planos anteriores adotar as seis sub-bacias para planejamento, e esse olhar voltado aos municípios. Então nos três produtos vocês podem observar essas análises, então tudo direcionado, como está a demanda na UGRHI como um todo, como está a demanda para cada sub-bacia, como é a demanda nos municípios, como está a qualidade na UGRHI, nas sub-bacias e nos municípios, para que a gente tenha esse panorama dos 3 recortes para facilitar o dia a dia da Secretaria Executiva e até de vocês para trabalho. De uma forma bem sintetizada, porque o Diagnóstico é bastante extenso, o Prognóstico também, aqui então o mapa conforme eu mencionei com a divisão das sub-bacias, as 6 sub-bacias que a gente trabalha do Alto São José dos Dourados ao Baixo São José dos Dourados, essa divisão que a gente faz estrategicamente para trabalhar ao longo do Plano, vou tomar a liberdade de passar aqui um pouco rápido, qualquer coisa depois a gente volta, para poder avançar para os números e conseguir dentro de um prazo previsto abordar todo o conteúdo. No Relatório vocês podem ver e a gente tentou deixar o mais claro possível, que apesar da população ser majoritariamente urbana, tem um processo intenso de urbanização na UGRHI 18, a gente não tem um crescimento e uma taxa geométrica de crescimento positiva prevista nos próximos anos, mas a gente tem um grande desafio que, mesmo com um baixo crescimento, a gente tem que atentar para as grandes pressões. Então a gente tentou a todo momento deixar claro no Relatório que nós temos uma dinâmica econômica e rural muito forte na UGRHI e que demanda recurso hídrico e apesar dos dados, principalmente dos dados de base do banco de indicadores da Coordenadoria apresentar conforme o Professor Jefferson comentou, em toda reunião ele comenta isso, apresentar tudo verde, que está tudo alegre, tudo confortável, não é muito essa a realidade que a gente observa quando cruza as informações e aprofunda nas análises por sub-bacia. Então, a partir do momento que a gente trabalha todos os dados de outorga do DAEE, da ANA e todas as informações de nível fundamental e complementar, não só as do banco de indicadores, chegamos numa situação um tanto crítica e de alerta em algumas unidades, em algumas regiões e que isso demanda uma certa atenção do Comitê e um esforço ao longo dos anos para que se possa mudar essa realidade, essa situação que está prevista principalmente a longo prazo. Aqui em termos de disponibilidade, procurei deixar assim de uma forma bem sintetizada por aspecto analisado para ficar o mais claro possível para vocês na apresentação. Considerando a disponibilidade "per capita" em relação à população total, que tem sofrido uma redução mas tem uma relação direta com o aumento do contingente populacional nos últimos anos, e o que está previsto, apesar de pouco é de certa forma uma pressão sobre o meio, sobre os usos, a gente tem a subbacia do Baixo São José dos Dourados, que apresentou a maior disponibilidade hídrica seguida da subbacia Médio São José dos Dourados, aqui estão as vazões: para o Baixo São José dos Dourados 3,09 m<sup>3</sup>/ segundo e para o Médio São José dos Dourados 2,44 m<sup>3</sup> / segundo. E aí a gente tem a sub-bacia Ribeirão Coqueiro, que apresentou a menor disponibilidade hídrica relacionada a 0,91 m<sup>3</sup> / segundo. Em relação à

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

demanda, considerando a demanda subterrânea em relação às reservas explotáveis, temos as sub-bacias Ribeirão do Marimbondo e Baixo São José dos Dourados que apresentaram os maiores valores de reserva explotável, ambas acima de 0,9 m<sup>3</sup> / segundo e tivemos a Médio São José dos Dourados e o Ribeirão Coqueiro que apresentaram as menores vazões explotáveis que demandam uma certa atenção e que nós vamos ver um pouco mais à frente nos mapas. Em relação à vazão outorgada para captações superficiais, nota-se que ela muito superior à vazão outorgada para as captações subterrâneas e aí a gente tem a sub-bacia Baixo São José dos Dourados que apresenta a maior vazão outorgada superficial, representando quase 45% do total da UGRHI, e em relação à vazão outorgada subterrânea, temos a subbacia Baixo São José dos Dourados que apresentou esse maior valor, em torno de 25,52%. Nós sabemos que há um predomínio expressivo do uso rural, voltado às captações relacionadas à irrigação, aquicultura, dessedentação de animais, o que totaliza em torno 606 captações, envolvendo 3,6 m<sup>3</sup>/ segundo de volume outorgado, que abrange quase que 80,54% da vazão superficial da UGRHI. Aqui temos um mapa que sintetiza e é base do banco de indicadores da Coordenadoria, mas sintetiza para a gente como os usos estão espacializados, no Relatório tanto do Diagnóstico como do Prognóstico vocês vão ver mapas que a REGEA elaborou em função das informações complementares e fundamentais, o que acaba enriquecendo um pouco mais essa informação, mas para a apresentação eu achei oportuno trazer esses mapas porque eles estão mais sintetizados e a gente consegue enxergar onde estão as maiores demandas especializadas de acordo com cada uma das sub-bacias. Aqui temos abastecimento público, as outorgas voltadas ao uso rural, ao uso industrial e aqui as soluções alternativas e demais usos. Em relação à demanda temos a quantidade de captações superficiais e os volumes outorgados, e a quantidade de captações subterrâneas e os volumes outorgados. Então a gente tem o azulzinho aqui que envolve a quantidade de captações, para o ano de 2020 606 captações com uma vazão outorgada superficial de 4.58, que envolve os dados do DAEE mais os dados da ANA, então tanto as captações superficiais de domínio estadual quanto às de domínio federal. E aqui a gente tem um gráfico com as quantidades de captações subterrâneas, que totalizam 823 captações, com uma vazão total outorgada para o ano de 2020, de 1,21 que envolve os dados fornecidos pelo DAEE. Em relação ao balanço, no Relatório, tanto no Diagnóstico quanto no Prognóstico, nós trabalhamos as 3 vazões, que é o que está previsto na Deliberação CRH 146, mas aqui o recorte para as áreas críticas e para essa apresentação, a gente ressaltou as vazões de referência, que é o que o DAEE utiliza, que é o O7,10. Então considerando o Q7,10 verifica-se aí uma situação preocupante em relação ao balanço hídrico na sub-bacia Baixo São José dos Dourados e a gente tem em situação de alerta, a sub-bacia Ribeirão Ponte Pensa. Quanto à demanda subterrânea a gente tem em relação às reservas explotáveis, a sub-bacia Médio São José dos Dourados que encontra-se em situação de alerta o que demanda uma certa atenção. Aqui no balanço hídrico, da mesma forma que a gente fez tanto para a disponibilidade quanto para a demanda, quanto balanço, qualidade e para saneamento, para se conseguir definir as áreas críticas para a gestão, quais são as áreas de tendência de piora ou de melhora a partir dos dados tanto no Diagnóstico quanto no Prognóstico, nós estabelecemos alguns critérios que fizeram parte de uma metodologia que a REGEA desenvolveu com as faixas de referência, estabelecidas para se conseguir categorizar, classificar em situação crítica, alerta, regular, satisfatório, de acordo com o parâmetro que está sendo analisado, tratando. Em relação ao balanço, nós trabalhamos, na etapa do Prognóstico, essa criticidade considerando a tendência de evolução acelerada, com muito baixo volume hídrico remanescente ou muito volume remanescente, de acordo com os critérios estabelecidos e de acordo com a análise realizada para os parâmetros definidos, a gente chegou nas sub-bacias e nos municípios críticos que vão ser tratados no próprio Diagnóstico como as áreas prioritárias e que a gente precisa ter um olhar de mais atenção. Não quer dizer que essas áreas..., o município não está ali apontado mas eu tenho um problema identificado pelo serviço municipal do meu território, e no Plano não está apontado porque o Plano se baseou nos dados oficiais da Coordenadoria, mas todas as informações complementares e fundamentais, também oficiais, que são dados disponibilizados e que foram trabalhados e aí a gente trabalhou essa projeção, então onde a gente notou essa tendência de evolução considerando tendência de piora e tudo o mais considerando os dados trabalhados no cenário tendencial, é que a gente identificou e chamou como

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

'prioritário'. Então esses municípios vão ser tratados no Plano, eles estão tratados no Plano de Bacia como as áreas prioritárias e que demandam atenção, que demandam um certo esforço do Comitê em investir e direcionar recursos, de acordo com os problemas identificados e com cenários trabalhados ao longo do Prognóstico. Em relação à qualidade das águas, nós trabalhamos tanto o saneamento como o monitoramento, e a gente traz para vocês alguns pontos mais críticos quanto ao IVA, por exemplo localizado no Município de Monte Aprazível, e a sub-bacia do Alto São José dos Dourados que é a mais crítica em relação a esse indicador, e a gente tem ponto localizado no Município de General Salgado o IET na categoria mesotrófica que também pode indicar mesotrofização da região, o que também demanda uma certa atenção do Comitê em relação a isso, a gente tem outros 2 pontos mais críticos em relação ao IET no Município de Monte Aprazível e na sub-bacia Alto São José dos Dourados e o ponto localizado no Ribeirão do Marimbondo, em General Salgado, onde também apresentou 11% das amostras do monitoramento, resultante desse monitoramento ao longo dos anos, identificados valores acima dos padrões estabelecidos em relação a agrotóxicos. Então são pontos que a gente ressalta, demonstra em mapas, espacializa, chama atenção para isso e que a gente está trazendo como um alerta demonstrando essa criticidade, porque são pontos que vão ser trabalhados na etapa seguinte que nós denominamos de Plano de Ação. Em relação ao esgotamento sanitário, a gente tem os municípios que apresentam as maiores cargas orgânicas poluidoras remanescentes, saneamento como um todo, tanto abastecimento como esgotamento, como resíduos como drenagem, se a gente olhar para os dados apresentados no banco de indicadores da Coordenadoria, temos uma situação muito confortável. Então, está tudo verde, está tudo resolvido, não é mais um problema para a UGRHI, praticamente todos os municípios tratam o esgoto, mas quando a gente olha para a cenarização, por menor que seja o crescimento previsto da população ao longo dos anos, nós temos alguns municípios que estão considerados em situação regular, que tendem a piorar. Agora ele pode estar lá "amarelinho", está confortável, mas daqui a 4 ou 5 anos, senão houver investimentos, melhoria dos próprios sistemas, das condições de como tratar essas cargas orgânicas remanescentes, pode haver uma piora e isso vir a se tornar um problema para a UGRHI daqui a 4 ou 5 anos. Quando nós trabalhamos no Prognóstico, nós trabalhamos essa previsão de melhorar a situação mas também de haver um impacto negativo dentro desse prazo previsto no horizonte de planejamento de 12 anos. Então esgotamento sanitário é uma situação dessas que aparentemente confortável, mas a gente traz essa ressalva que alguns pontos, por exemplo, porção norte/oeste da UGRHI, Jales, Santa Fé do Sul, Ilha Solteira, precisa de uma certa atenção, a gente tem a questão dos sistemas isolados de esgotamento sanitário, saneamento rural também, principalmente os Municípios de Rubinéia, Santa Fé do Sul, que possuem soluções individualizadas em suas zonas rurais, acho que Floreal também, Neves Paulista também tem predominância de pequenos núcleos, domicílios dispersos, e que agente a todo momento dentro do escopo do saneamento tenta deixar isso em evidência, para que o Comitê olhe para essa realidade, para essa tendência aí projetada a longo prazo para que isso seja trabalhado na etapa seguinte. No Prognóstico a gente definiu os critérios para delimitação das áreas críticas envolvendo tanto disponibilidade quanto demanda quanto à qualidade, baseados na Deliberação CRH 146 e aí a gente apresenta uma série de mapas temáticos que envolvem esses critérios e que eu não vou me aprofundar tanto porque eu tenho certeza que vocês tiveram oportunidade de ler com calma, e que a gente estabeleceu os critérios e quais são os parâmetros adotados para chegar nessa classificação, para que a gente conseguisse uma diferenciação do mais crítico ao menos crítico, na verdade do crítico ao regular ou condição satisfatória de acordo com a denominação que a gente trabalhou nos mapas, para que a gente chegasse nessa espacialização das áreas críticas de acordo com as informações trabalhadas. Então aqui bem rapidamente em termos de disponibilidade superficial, a mais crítica é a do Ribeirão Coqueiros seguida da do Ribeirão Ponte Pensa. Em relação à disponibilidade subterrânea, a gente tem as mais críticas Ribeirão Coqueiro, Ribeirão Ponte Pensa, Médio São José dos Dourados, em alerta o Alto São José dos Dourados, então são sub-bacias que demandam a nossa atenção com relação à disponibilidade. Em relação às áreas críticas envolvendo demanda, a gente tem, de acordo com a tendência projetada na cenarização, a gente tem alguns municípios que demandam atenção, que apresentam relação crítica com tendências de

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

aumento de vazão superficial captada, Ilha Solteira, Rubinéia, Votuporanga, Santana da Ponte Pensa. Lá no Relatório vocês podem ver os municípios em situação de alerta, municípios em situação regular e satisfatória. Aqui na apresentação eu trouxe só os pontos mais críticos para ficar claro para vocês porque são os pontos também elencados no Relatório de Situação. Em relação à demanda subterrânea, da mesma forma, então nós temos Neves Paulista, Santa Fé do Sul, Aparecida D'Oeste, Monte Aprazível, Nova Canaã Paulista e Meridiano considerando os dados projetados ao longo dos 12 anos, com uma tendência de aumento de vazão de captação subterrânea nessas regiões. Em relação a balanço hídrico, conforme eu já mencionei, a gente tem o Ribeirão da Ponte Pensa e o Baixo São José dos Dourados como sub-bacias críticas, seguidas das demais sub-bacias em situação de alerta, só o Ribeirão Coqueiro que está numa situação mais confortável, as demais demandam a nossa atenção, em relação ao balanço hídrico subterrâneo destaca-se a sub-bacia Médio São José dos Dourados, seguida da Ribeirão Ponte Pensa e da Baixo São José dos Dourados e também o Alto São José dos Dourados que acaba se enquadrando como em situação de alerta." O Sr. Vice Presidente interrompe: "Você falou agora que o Coqueiro está em situação boa?" Débora: "Eu falei Coqueiro?" Sr. Vice Presidente: "Falou, quando você falou tirando, excetuando o Coqueiro..." Débora: "Regular, nenhuma tem boa não..." Sr. Vice Presidente: "Obrigado." Débora: "Regular, é porque eu estou na pressa para vencer todo o..., acabei confundindo o termo. Mas acho que é só regular mesmo. Em relação às áreas críticas voltadas à cobertura vegetal nativa, gestão do território e áreas sujeitas a gerenciamento especial que envolve áreas contaminadas, áreas de inundação, áreas de erosão, assoreamento também apontadas e detalhadas dentro do Plano, ressaltamos aqui os municípios em situação de alerta, não há uma criticidade, mas dentro do Prognóstico há uma tendência de piora nessas regiões em que a gente precisa olhar com certa atenção, então Ribeirão da Ponte Pensa, Baixo São José dos Dourados, tanto a cobertura vegetal nativa e em relação às áreas contaminadas, Santa Fé do Sul e em relação à inundação Cosmorama, Monte Aprazível, Nhandeara e um conjunto de municípios que precisam uma certa atenção, e que está apontado, detalhado, espacializado dentro do Prognóstico e dentro do Diagnóstico também. Em relação à qualidade das águas, considerando o percentual de IQA, IVA e IET, nas categoria mesotróficas ou superiores, a gente chegou no ponto SJD02150, localizado entre Poloni e Monte Aprazível, que caracteriza, para esse recorte, em relação à classificação que a gente trabalhou, o município prioritário para a gestão nas questões de qualidade de água. Então, lá no Plano a gente também está ressaltando isso e colocando como uma demanda a ser trabalhada. Em relação às águas subterrâneas, considerando o percentual de não conformidade para os parâmetros trabalhados, a gente tem aí Dirce Reis, Guzolândia, Pontalinda, Santana da Ponte Pensa e São João das Duas Pontes que são os municípios prioritários para a gestão considerando-se o percentual de não conformidade para alguns dos parâmetros analisados em relação à qualidade das águas. Em relação ao saneamento básico, a gente chegou como áreas críticas os municípios que apresentaram índices de perdas do sistema de distribuição em classe ruim, acima de 50%, que é o caso de Santa Fé do Sul, que eu acabei trazendo só isso aqui para recorte mas dentro do Diagnóstico e no Prognóstico, a gente tem os demais municípios que também se apresentam em situação regular e que em função dessa tendência projetada, pode acontecer de haver piora também e a gente deixa claro isso no Relatório, então são municípios também que vão demandar nossa atenção, e que está ali detalhado. A partir da definição das áreas críticas, chegamos aos temas prioritários para a gestão dos recursos hídricos que foram temas elencados ao longo do Diagnóstico e do Prognóstico, trabalhados junto com o Grupo de Acompanhamento nas reuniões previstas para isso, e que são base para a gente enquadrar essas áreas prioritárias, esses temas prioritários, para a gente sair para a etapa seguinte que é a priorização. Então a gente tem aí os 6 temas definidos como: gestão de recursos hídricos, monitoramento e balanço hídrico, saneamento urbano e rural, processo erosivo, assoreamento e inundação, proteção e ampliação da cobertura vegetal e a difusão de informação e produção de conhecimento e educação ambiental com foco nos recursos hídricos. Para cada um desses temas, aqui tem as metas, por exemplo, para a gestão dos recursos hídricos, visa o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, o aprimoramento e fortalecimento institucional para o monitoramento e balanço hídrico, compatibilizar oferta e demanda de água superficial e subterrânea, aperfeiçoar e ampliar o monitoramento na UGRHI, saneamento urbano e rural:

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

aperfeiçoar e ampliar o sistema de abastecimento em função de perdas, racionalização, reúso, captação de águas pluviais, esgotamento, manejo de resíduos e sistemas de macrodrenagem. Como Tema 4, que envolve processo erosivo, recuperação ambiental e manejo do solo, mapeamento dos processos erosivos e assoreamento, controle de áreas com risco de inundação e mitigação de áreas contaminadas. Proteção e ampliação da cobertura vegetal, que é a restauração e conservação das bacias hidrográficas e reabilitação das áreas degradadas, e o Tema 6 que é a difusão de informação, produção de conhecimento que envolve a mobilização social, educação ambiental com foco na gestão de recursos hídricos na Bacia. O nosso Plano de Ação foi definido para o horizonte a longo prazo, trabalhando a curto, médio e longo prazo. Denomina-se de curto prazo de 2022 a 2025, médio prazo de 2026 a 2029 e de longo prazo de 2030 a 2033. Então, ao longo do Plano de Ação vocês vão ver que as ações são definidas baseadas nos três quadriênios que a gente denomina. O Plano de Ação, conforme **Deliberação CRH 146/2002** prevê a identificação das metas a serem atingidas, as ações a serem implementadas para atender às metas estabelecidas, área de abrangência da ação (UGRHI, sub-bacia e/ou município), o prazo de execução e a definição dos horizontes (curto, médio e longo prazos), os responsáveis pela execução dessas ações, os investimentos previstos e as fontes de financiamento, se compensação financeira, se da cobrança pelo uso da água e quais são os indicadores de acompanhamento e de resultados. O Plano de Ação, a gente já buscou..., a partir do ano de 2020 o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo foi revisto e apesar de ainda não estar aprovado, está em trâmite e discussão para aprovação, nós temos um novo formato de apresentação do Plano de Ação. Para o Plano da UGRHI-18, nós já buscamos adotar esse novo formato que são as fichas que vocês puderam ver lá no Relatório que acaba estendendo um pouquinho, a gente não vai entrar nisso mas há um detalhamento das ações por fichas, onde tem umas informações adicionais além dessas aqui, que acabam detalhando um pouco mais cada uma das ações que estão previstas para esses 12 anos de planejamento. Das metas definidas para cada tema prioritário: nós temos como meta para a UGRHI, obter informações a fim de subsidiar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos e melhorar a infraestrutura dos órgãos para a gestão, ampliar o monitoramento qualiquantitativo de água espacial e temporalmente, melhoria das condições de saneamento básico na UGRHI e redução das perdas nos sistemas de abastecimento, conhecer as áreas com processos de erosão e assoreamento visando a melhoria ou recuperação dos corpos d'agua, aumentar a proporção de cobertura vegetal na UGRHI visando a proteção de mananciais de abastecimento e as áreas de recarga e capacitar os atores envolvidos na gestão de recursos hídricos. Essas metas foram definidas ao término do Prognóstico em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Câmara Técnica para, a partir daí se avançar na definição do Plano de Ação. Nós temos no Plano de Ação um conjunto de 20 ações previstas para os 12 anos de Plano, 6 ações estão concentradas no PDC-1, 4 ações no PDC-2, (PDC = Programas de Duração Continuada), que temos a partir da **Deliberação CRH 246/2021** onde houve uma revisão dos PDC<sup>s</sup>, todas as ações que estão previstas nos Planos de Bacia passam a se enquadrar nesses programas que envolve uma esfera muito maior que é o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é a esfera do Governo do Estado, então é para que o Plano da UGRHI 18 converse com os demais planos e converse com o Plano Estadual, então é por isso que se faz o enquadramento dentro do escopo dos Programas de Duração Continuada. Então, temos aí o PDC-1 com as ações voltadas às bases técnicas em recursos hídricos, PDC-2 o gerenciamento de recursos hídricos, PDC-3 que envolve a qualidade das águas, PDC-4 a proteção dos recursos hídricos, PDC-5 a gestão da demanda, PDC-6 abastecimento e segurança hídrica, PDC-7 drenagem e eventos hidrológicos extremos e o PDC-8 capacitação e comunicação social. No Plano de Ação nós fazemos uma previsão de arrecadação de acordo com o número de usuários na Bacia e de acordo com os percentuais previstos conforme as simulações realizadas ao longo dos anos, que envolvem os recursos de compensação. Então temos uma previsão de arrecadação ao longo dos 12 anos de 27 milhões de reais para a UGRHI 18, sendo que 54%, em torno de 14 milhões são recursos provenientes da cobrança e 46% são valores provenientes da compensação financeira que são os royalties das hidrelétricas. Desses valores há uma previsão para esses anos de 2022 a 2033 estimada de R\$ 8.727.000,00 para o primeiro quadriênio (2022/2025), em torno de 9 milhões para o segundo quadriênio e em torno de R\$ 9.700.00,00 para o terceiro quadriênio, isso é em relação à

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

arrecadação. E aí nós temos para a estruturação do Programa de Investimentos, que atendeu ao Artigo 2º da Deliberação CRH 254/2021, que traz um regramento, não podemos sair investindo em qualquer ação, de qualquer forma, pegar todo o recurso arrecadado naquele ano e aplicar numa única ação, resolver de uma única vez aquele problema, sendo que eu tenho um cenário ali planejado a longo prazo. Então, tudo isso está previsto nessa Deliberação CRH 254, e que traz para a gente um roteiro de como tem que acontecer a aplicação dos recursos anualmente. A gente trabalhou essas simulações dentro do Plano de Bacia na organização do Programa de Investimentos, considerando a indicação de investimento de no máximo 25% do recurso arrecadado para os PDCs 1 e 2, que envolve gestão, gerenciamento de recursos hídricos e planejamento. Aí nós temos a indicação de investimento de no mínimo 60% em até 3 PDC<sup>s</sup>, de 3 a 8, então desconsiderando os PDC<sup>s</sup> 1 e 2 que a gente já vai direcionar os 25%, a gente pode direcionar o mínimo de 60%, pode ser mais, do recurso arrecadado a 3 PDCs dentro dos PDCs de 3 a 8 e seus respectivos Sub- PDCs e temos uma indicação de investimento de no máximo 15% nos demais PDC<sup>s</sup> e seus respectivos Sub- PDC<sup>s</sup>, aquilo que a gente denomina de PDC<sup>s</sup> prioritários, que é uma orientação da Coordenadoria e que o Comitê tem que cumprir, tem que definir quais são os PDCs quer vão ser priorizados. Dentro do Plano de Bacia, antes de avançar para a etapa do Programa de Investimentos, nós fizemos uma dinâmica de pontuação de acordo com o grau de..., para cada uma das ações previstas, de acordo com o grau de interferência, de influência direta ou indireta no recurso hídrico, é o peso que tem aquela ação para o recurso hídrico. E a gente conseguiu ponderar isso e teve o acompanhamento do Grupo durante toda a etapa, Câmara Técnica, Secretaria Executiva, nós chegamos nos PDC<sup>s</sup> prioritários. Então os PDC<sup>s</sup> 1 e 2 já são prioritários de acordo com a Deliberação CRH, então eu vou ter um recurso destinado ali de no máximo 25% para esses 2 PDCs. Mas aí eu tenho que definir 3 PDC<sup>s</sup> prioritários para a UGRHI investir ao longo dos anos, que vão ser direcionados recursos prioritariamente para eles. Não havendo essas demandas, eu posso deslocar para os demais PDC<sup>s</sup>. Então nós definimos os PDCs prioritários e os não prioritários ficam com a menor fatia dos recursos, em torno de 15%. A gente vê aqui nesse gráfico, de uma forma bem sintetizada, o PDC-4 é o que demanda maior valor de investimento, em torno de 10 milhões ao longo dos 12 anos, seguido do PDC-7 e depois dos PDC<sup>s</sup> 1 e 2, também do PDC-3, sendo que o PDC-4 envolve valores maiores porque envolve obras, então demanda maior volume de investimentos, por isso essa justificativa. Temos aqui de uma forma sintetizada, já para finalizar de uma forma bem sintética as quase 800 páginas do Plano de Bacia, para o ano de 2023 trouxemos um investimento anual previsto de R\$ 3.250.987,15, há mais ou menos 2 milhões previstos na arrecadação da cobrança e recursos da compensação, e há um saldo proveniente do ano de 2022 não investido, então somando esse saldo mais o arrecadado no ano de 2023, temos aí em torno de R\$ 3.250.987,15 para ser aplicado em 2023. No Plano de Bacia a gente chegou nessa priorização, então essas são as ações e esses são os valores estimados para serem investidos no ano de 2023 na UGRHI-18: realizar estudo/diagnóstico ambiental das nascentes por sub-bacia, em torno de R\$ 200.000,00; elaborar mapas de feições erosivas da UGRHI em torno de R\$ 450.000,00; elaborar estudos para controle de processos erosivos e projetos (básicos e/ou executivos, serviços ou obras para prevenção) de erosão em torno de R\$ 700.000,00; elaborar projetos, obras ou serviços em sistemas de abastecimento visando o controle ou redução de perdas de água em torno de R\$ 300.000,00; elaborar projetos, serviços e obras para contenção de inundação, alagamentos em torno de R\$ 1.113.000,00; elaborar projetos, serviços e obras em municípios com sistema de coleta e disposição final de resíduos ineficientes ou inadequados em torno de R\$ 308.000,00; elaborar projetos, executar obras ou serviços em sistemas de abastecimento visando propor soluções alternativas e ampliação da rede de distribuição em torno de R\$ 179.000,00. Quando você olha assim para o ano, puxa, só vamos investir aí em 4, 5, 6, 7 ações? Sim, há essa previsão de acordo com os percentuais previstos e de acordo com o recurso disponível e de acordo com a prioridade elencada para esse ano. Para o ano seguinte, são outras prioridades, algumas dessas ações têm continuidade, por exemplo, agora eu vou mapear as áreas de feições erosivas, no ano de 2023; no ano de 2024 a prioridade é outra porque eu já tenho mapeadas as feições erosivas, já tenho conhecimento, então eu vou investir a partir de 2024 na contenção desses processos, então eu vou ter um volume maior ali de investimento. Da mesma forma para abastecimento, da mesma forma para (essa é uma ação legal)



484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494 495

496

497

498

499

500 501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

diagnóstico das nascentes. Nesse ano a gente vai fazer um diagnóstico, vai investir em torno de R\$ 200.000,00 para levantar as nascentes, as áreas prioritárias para recomposição. A partir de 2024 já vai ter um montante significativo de recurso voltado para recuperar essas áreas, para que os municípios tomem esse recurso para que seja direcionado para a recuperação das áreas de cobertura vegetal dentro do seu território. Então algumas dessas ações são pontuais, anuais, ou têm continuidade, algumas vão se desdobrar ao longo dos 12 anos previstos do Plano. "Pessoal, desculpa estender aí, acabo me alongando e falando um pouco mais do que o previsto, agradeço a atenção de vocês e me coloco à disposição para dúvidas e esclarecimentos." Sr. Vice-Presidente: "Muito obrigado Débora pela sua apresentação, vamos abrir aqui para...(eco na fala do Professor Jefferson torna as palavras ininteligíveis). Débora pergunta se deixa ou tira o compartilhamento, o Vice Presidente autoriza a retirada. Sr. Vice-Presidente: "Então vamos lá, eu gostaria de saber se alguém alguma consideração a fazer, estou quebrando o protocolo. Acho que eu tenho esse "poder" para quebrar o protocolo, porque é assim, uma questão de crítica, sugestão, o que pode ser melhorado, eu particularmente fiquei muito contente com esse negócio, só que você não citou uma coisa que a gente tem que citar, aquela porcaria daquela vazão lá que ninguém 'está nem aí', que é isenta de qualquer suspeita, são vazões enormes numa Bacia que está com problema. Lembra?" Débora: "Não citei? As áreas críticas não?" Sr. Vice-Presidente: "Não são as áreas críticas, são as vazões não outorgadas..." Débora: "Não outorgadas, abaixo de 15,25, não é?" Sr. Vice-Presidente: "Esse número é absurdo, isso é por hora ou é por..., isso tem que ser colocado para todo mundo que está aqui saber quando é que não precisa de outorga numa bacia que precisa de água, o que é uma grave contradição, como é que eu não tenho água e libero tanta água...É como se eu não tivesse dinheiro e todo dia fizesse churrasco, para todo mundo entender o problema. Então, por favor Débora." Débora: "Ao longo da discussão do Prognóstico, quando a gente demonstrou essas áreas críticas, em alerta, em situação de atenção, nós ressaltamos, isso está bem claro no texto do Prognóstico, se eu não estiver enganada, que é a questão das vazões outorgáveis. Então isso é algo em nível estadual, tem uma portaria do DAEE, que estabelece os 15,25 m<sup>3</sup> se eu não errei os números aqui, os 15,25 m<sup>3</sup> /dia que são outorgáveis, então antes era 5 m³ e a partir dessa nova portaria acabou aumentando a vazão de outorga. O que o Professor ressalta é que precisa haver essa discussão e nós trouxemos, elencamos isso no Plano, reforcei isso em algumas reuniões de câmara técnica, que não é uma ação que envolve recurso, investimento, e vai entrar ali no Programa de Investimentos mas nós também ressaltamos nas conclusões, nas considerações, a seu pedido, que é um assunto estratégico e de articulação do Comitê para trabalhar em nível estadual, Coordenadoria e CRH. É uma demanda de vocês, então apesar de não estar contido como uma ação que envolve recurso aplicado ali é algo que precisa ser feito para a UGRHI, porque de certa forma a longo prazo, considerando o cenário tendencial projetado, pode haver uma falta de água sim, então não tem nada confortável na UGRHI-18. A gente tenta deixar claro isso no Relatório e eu espero que a gente tenha conseguido atender essa forma de descrever essa situação não tão gratificante na Bacia e que os dados apontam que precisa ser feito algo, acho que era isso, não é Jefferson?" Sr. Vice-Presidente: "É isso sim, porque assim gratificante nada, preocupante muito. Gratificante eu achei estranho, mas vamos lá. O que acontece, essa Bacia tem que começar a perceber, não é porque a gente tem o reservatório de Ilha Solteira e está todo mundo assim, 'olha tem água', a gente recebeu, é bom que grave isso, pessoas que moram na Bacia mostrando o Rio São José dos Dourados seco numa época em que ele era para estar com água. Durante a década de 10 e a década de 20, estamos indo para o 3º ano da década de 20, as nossas vazões e as nossas chuvas baixaram significativamente, quem não percebeu isso é só pegar um pouquinho de jornal antigo e verificar. A gente tem tido chuvas muito abaixo, muito aquém do que nós tínhamos. Outra coisa que também é bom frisar aqui é a redução de APP que também foi determinado isso por vocês da ordem de 36%, ou seja, você já não tem tanta APP dentro da Bacia e ainda reduz? Diminuição de nascentes, a gente tem uma 'crônica de uma morte anunciada' e a gente pode ficar "nossa, é verdade", "nossa, acho que vai ter crise aqui na Bacia", "nossa, essa Bacia está com problemas", não, a Bacia tem problemas, foi determinado isso, quer dizer, aí a Coordenadoria vai ter que conversar realmente sobre isso e fazer realmente uma deliberação para voltar, porque é o seguinte, você deixar 25 caixas d'agua de 1.000 litros por dia (25.000

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

litros) e dizer que não precisa outorgar, em 10 dias 2.500.000, são 25.000, 250.000, então é muita água sem outorga e essa questão deve ter crescido ao longo do tempo e do espaço, porque as nossas subbacias estão espalhadas aí na UGRHI como um todo. Então é bom frisar e eu gostaria que tivesse isso em ata, porque é uma preocupação que a gente sempre teve, sempre falou, "não, mas os dados de São Paulo estão maravilhosos", sempre foi falado isso. Então finalmente se mostra que os dados daqui da nossa região, de quem vivencia essa região todo dia mostram que não estamos bem. Não estamos e ficaremos pior, se continuarmos nessa toada, então gostaria de frisar isso, não sei se alguém tem alguma coisa para colocar mas eu tenho e é exatamente isso. Olha aí a Neli, gosto da "velha guarda" porque está sempre disposta a colaborar. É com você Neli, muito obrigado por estar aqui mais uma vez, você que está aqui desde sempre, desde o 1º dia, se não do 1º mas se não viu o dilúvio mas pelo menos 'pisou na lama', então pode falar Neli." Neli Antônia Meneghini Nogueira, representante da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales: "Boa tarde a todos, eu não estou conseguindo abrir a imagem, acho que agora vai abrir. Eu já participei aqui no dia em que a Débora apresentou a 1ª vez, depois participei do evento lá na Associação, e eu concordo com tudo que você fala Jefferson, só que eu acho assim, nós precisamos atuar no que realmente causa isso. Eu acho que o problema não é a gente por exemplo outorgar uma quantidade ou outra, mas o importante é a gente fazer com que essa água que hoje já é um pouco menos em função das chuvas, ela seja absorvida no solo. E que ela realmente passe a ser armazenada no solo, é o que eu não vejo, assim, eu acho que cada um defende aquilo que acha que é importante, eu acho super importante quando as prefeituras brigam pelas galerias, por outros tipos de recursos dentro do Comitê, só que uma coisa que é muito importante para a gente poder manter a água e abastecer os lençóis freáticos, ela tem que estar armazenada. Isso só é possível com uma recuperação do solo, seja através de práticas conservacionistas, da própria mata ciliar, então não adianta a gente só pensar assim "olha, nós precisamos gastar menos água", isso nós precisamos, mas nós precisamos fazer com que a água chegue ao solo e chegue até nós através das chuvas, que ela seja toda armazenada, seja através de parque de conservação do solo ou a gente mudar o nosso tipo de abastecimento através de cada casa ter o seu..., conseguir armazenar água da chuva, eu não sei, eu acho que é assim, é uma coisa um pouco mais ampla, que, por exemplo, eu acho que isso dentro do Plano de Educação Ambiental, pode muito bem ser colocado. E os recursos do Comitê também, há quanto tempo que nós não utilizamos para uma área maior, porque se a gente pegar uma área da cidade, por exemplo, em metros quadrados, você pegar a área rural, ela é muito maior e o recurso é muito menor que apareça, eu acho que a gente começar a fazer projetos pilotos que mostrem realmente a importância de nós estarmos preservando a água, porque até hoje, com o mínimo de 5, não chega a 10%, as pessoas acham importante armazenar aquela água que vem da chuva, a maioria quer tirar a água que vem da chuva, seja das suas casas, ou seja do setor rural, então eu vou mais aí, eu acho que a gente tem que trabalhar mais essa parte de capacitação mas de forma mais proativa, que seja mais prática, porque hoje acho que todos os municípios têm o projeto de conservação do solo, mas onde eles estão, eles só pegaram o recurso e fizeram os projetos, mas estão utilizando esse projeto para fazer conservação do solo? "Não, ela só está ficando no papel, é uma coisa que eu gostaria de colocar para a gente questionar um pouco e se eu estiver fora dos parâmetros, que possa falar e que a gente possa chegar num denominador comum." Débora: "Perfeito Neli, é bem oportuno o seu comentário, eu acho que você chegou a comentar sobre isso na reunião da Câmara Técnica, então, a gente incluiu as suas considerações no texto e nós incluímos na ação do PDC-7, voltado aí a armazenamento e técnicas de infiltração como uma forma de já fomentar as ações mais sustentáveis nos municípios, era essa a idéia, não era?" Neli: "É essa a idéia sim, Débora." Débora: "Então já está atendida a sua solicitação, já está no Programa de Investimentos na ação prevista do PDC-7, e essa sua ressalva em relação à abordagem voltada à Educação Ambiental, é interessante, acho que poderia ficar registrado para que o Comitê numa oportunidade futura, incorpore." Neli: "Isso, eu acho muito interessante porque assim, as pessoas vêem as chuvas pesadas, realmente elas são maléficas, sim, mas nós precisamos fazer algum tipo de coisa que nós possamos tirar proveito dessas chuvas, entende? Eu acho que o processo educativo em escolas, a gente capacitar professores, hoje a maioria da educação fundamental é municipal, então é uma coisa que a gente vai ter como caminhar, vai poder caminhar,



584

585

586

587

588

589

590 591

592

593

594

595

596

597

598

599 600

601

602

603

604

605

606

607 608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618 619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

hoje..." Débora: "Eu acho que a própria orientação é o Executivo mesmo..." Neli: "Isso, isso, propor isso e que isso de uma certa maneira, essas ações, que elas sejam assim contempladas na hora que uma prefeitura ou uma entidade for pegar o recurso, porque às vezes o cara só está indo lá pegar o recurso sem ter a noção do que é o Comitê..." Débora: "Oi gente, mas isso, esse ponto que ela está levantando é essencial, na hora de definir os critérios, é um exercício assim fundamental para vocês, se realmente é para priorizar isso, a gente pontua o empreendimento que tiver as técnicas direcionadas ao armazenamento e à infiltração, só que é uma coisa que não tem que estar no Plano, viu Neli." Neli: "Sim, mas como a gente está discutindo essa..., mas no Plano pode estar, por exemplo, direcionar os recursos para ações voltadas como você colocou aí." Eliana: "Alguém tem mais algum questionamento?" Marilsa, Peixe – SP: "Deixa eu perguntar uma coisa, é a Marilsa aqui: boa tarde pessoal, eu estou sem imagem, não sei o que acontece aqui, o meu vídeo não..., tudo bem com vocês? Como é que está a questão orçamentária para os comitês de bacia, aumentou alguma coisa, como é que está isso?" Eliana: "Marilsa, para esse ano a gente ainda não recebeu a estimativa de investimento. Já era para ter saído esses valores mas nós ainda não temos, é por isso que a gente ainda não fez a nossa deliberação de critérios, mas está para sair, inclusive era uma pauta de um workshop que nós tivemos a semana passada em São Pedro, e foi até cancelado esse item da pauta." Sr. Vice-Presidente: "Vou só jogar uma pimentinha, porque será que foi cancelado? "O tempo mudou, choveu..." Eliana: "Complementando a fala da Neli, que eu achei os fatores que ela apontou sobre maneiras de retenção da água na nossa Bacia, o que eu acho muito importante, foi pauta desse nosso workshop semana passada justamente essa questão de segurança hídrica". Então nós vamos ter uma tarefa agora como Comitê, todos os comitês do Estado de São Paulo, que é desenvolver um Plano de Segurança Hídrica e eles estão pedindo para que a gente assim, pense em todas as situações, todas as práticas mais inusitadas possíveis para podermos ter uma saída, ter alguma solução justamente para prever uma possível escassez." Sr. Vice-Presidente: "Acho tão bonito essa 'possível escassez', interessante..." Eliana: "A gente sabe que vai ter, mas não sabe exatamente quando..." Sr. Vice-Presidente: "Já existe, minha cara, pelo amor de Deus, vamos virar essa peneira, virar essa coisa, a gente sofre isso aqui, salvo engano meu, tem município da Bacia aqui ou da BTG que já está fazendo racionamento." Eliana: "Santa Fé do Sul, até antes da perfuração desse último poço também..." Jefferson interrompe: "Possível escassez hídrica..., se São Paulo está com essa conversa ainda, está totalmente defasada, bota o pé no barro aqui para ver como está a situação, gente. Então não está dando, eu vi isso já em Brasília, possível escassez hídrica, ouço isso agora, eu estava em Manaus, um rio seco, sabia que Manaus agora vai ter um relatório de situação sobre seca no Estado do Amazonas? Não sei onde que esse pessoal está vivendo não, em Netuno ou em Marte. Mas tudo bem, vamos continuar aqui, senão eu vou me... com a situação que parecer que é cada vez mais gritante e as pessoas ficam nos seus escritórios não sei pensando no quê. Marilsa, é isso, não tem dinheiro, ainda porque a gente não sabe se vai ter dinheiro e como é que vai ser essa divisão. Então vamos lá, agora o item 4 - Deliberações: 4.1 - DELIBERAÇÃO CBH-SJD "AD REFERENDUM" nº 260/2022 de 21/10/2022 "Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021, com base em indicadores dos recursos hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UGRHI – 18) Ano Base 2021; Continuando, a Deliberação já está com número, podemos votá-la ou alguém mais gostaria de fazer uma colocação sobre as considerações da Débora, mais uma vez muito obrigado a você." Débora: "Eu que agradeço Professor, a todos vocês e a todos os membros do Grupo de Acompanhamento, da Câmara Técnica, por toda a dedicação e atenção ao estudo, o Plano é de vocês não é da REGEA, é do Comitê, vocês têm ele como instrumento de planejamento e estou muito feliz de fazer parte disso mais uma vez." Sr. Vice-Presidente: "Muito obrigado Débora, você sempre apoiando a gente e tem outras, você sempre está de um lado ou de outro da mesa, interessante isso, desde que o Comitê foi fundado você está sempre ou de um lado ou do outro da mesa..." Débora: "Outro dia, só a título de curiosidade, eu achei o meu nome em todos os planos do Comitê." Sr. Vice-Presidente: "É, porque você estava aqui lá atrás e agora continua ajudando a gente aqui de uma outra forma, isso é muito importante. Isto posto, vamos voltar aqui para a nossa ordem do dia, vamos colocar em aprovação essa Deliberação CBH-SJD nº 260/2022, por favor os favoráveis

permaneçam como estão, os contrários se manifestem, abstenções, não havendo nenhum voto contrário, aprovada por unanimidade a Deliberação nº 260/2022. Agora vamos aqui que eu acho que também está em conjunto". Eliana: "A gente aprovou agora a do Relatório de Situação, vou compartilhar com vocês a do Plano de Bacia, mas que é um trabalho conjunto. 4.2 - DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº 261/2022 de 07/12/2022 "Aprova a revisão e atualização do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados e dá outras providências". Sr. Vice-Presidente: "É a 261/2022, acho que também já foi discutida, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, abstenções, aprovada, perfeito, então sem mais para o momento, passamos automaticamente a palavra ao Secretário Executivo Engenheiro Luís Henrique Gomes." Luís Henrique, com a palavra." Márcia Brunca assume a palavra: "O Luís precisou sair, está atendendo uma ligação, e pediu para avisar para vocês continuarem." 5.0 Outros Assuntos: Sr. Vice-Presidente: "Ok, continuaremos então, mas aí tem uma palayra que é dele, eu não tenho muito a fazer não, que aí ele vai abrir para manifestação do plenário. Tem alguém? Outros assuntos? Alguma manifestação? Bem, eu vou ter somente uma para comunicar de novo ao Comitê que nós abrir de novo o Edital para ingresso no processo seletivo do ProfiÁgua, aqui na nossa Universidade, na UNESP em todo o Brasil, 14 universidades, que vão ter mais de 200 vagas no Brasil inteiro, num Mestrado que já formou 450 alunos desde 2016. É um número muito forte e muito alto, esperamos contar com as prefeituras, corpo técnico, Comitê, também com as Casas da Agricultura, técnicos em geral que queiram melhorar os seus conhecimentos e a sua visão sobre a gestão e regulação do recurso hídrico no nosso País, no nosso Estado, na nossa região especificamente, a gente foi afunilando, mas isso é muito importante e estão todos convidados para participar, preparar para uma prova, dessa vez vai voltar a ter prova, não vai ser só análise de currículo e de projeto, e a gente espera contar com uma participação maciça aqui dos nossos colegas, SABESP da região, CETESB da região, prefeituras. As aulas são condensadas de sexta e sábado, e é importante para nós termos pessoas daqui. Tem muita gente de São Paulo, até de outros estados, mas a prata da casa, na minha opinião, brilha bem. Eliana e Lucíola já fizeram aqui com a gente, tem dois alunos que são do DAEE atualmente, Laryssa e Wendel, então isso muito nos orgulha. Mais alguma manifestação? 6.0 Encerramento: Então com isso, já que o Luís não pôde voltar, eu agradeço a todos os membros e também aos convidados que estão participando e não sei se, teremos ainda uma outra reunião esse ano? Desejo a todos boas festas e um feliz ano novo, muita paz nas famílias, muita saúde e com o coração leve para que a gente possa enfrentar os novos desafios que todos os dias são colocados em nossas vidas e o novo desafio de um novo ano que vai se iniciar daqui a pouco. Então muito obrigado às senhoras e aos senhores, e se Deus quiser nos veremos em 2023. Um grande abraço, declaro encerrada a 68ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, muito obrigado a todos. Essa Ata foi redigida na íntegra por Antonio Roberto de Jesus, Assessor Técnico III do DAEE e vai assinada pelo Secretário Executivo e pelo Vice-Presidente do CBH-SJD.

668 669 670

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

## **Luís Henrique Gomes**

## Jefferson Nascimento de Oliveira

Secretário Executivo do CBH-SJD

Vice-Presidente do CBH-SJD

671